

Relação História Literatura: As representações da escravidão no principado romano

*Poliane da Paixão G. Pinto
Rodrigo Santos M. Oliveira¹*

Resumo

O seguinte artigo tentará primeiramente apresentar uma visão panorâmica acerca da discussão da temática da escravidão no mundo Antigo, a partir da leitura de autores consagrados por uma tradição historiográfica, como Moses Finley, em contraposição com alguns autores contemporâneos brasileiros, como Fábio Favarsani. A partir dessa crítica proporemos uma interpretação da representação escrava em duas obras, *Satyricon* de Petrônio e em *Metamorfosis* de Lúcio Apuléo. Finalizaremos nossa abordagem com uma discussão teórica em torno da utilização de textos literários como documento com a capacidade de representação de uma determinada realidade.

Palavras Chave: Escravidão, Representação, Literatura, Principado Romano.

History Literature Relationship: the representation of slavery in roman principality**Summary**

The following article will attempt, at first, to show a panoramic view on the discussion of the Ancient slavery thematic, from the reading of consecrated authors by a historiographical tradition, like Moses Finley, in contraposition with some other contemporary Brazilian authors, like Fábio Favarsani. From that critic, we'll propose an interpretation of the slave representation in two titles, *Satyricon* by Petronio and *Metamorfosis* by Lucio Apuléo. We'll conclude our approach with a theoretical discussion on the use of literary essays like documents with the capacity of representation of a determined reality.

Key Words: Slavery, Representation, Literature, Roman Principality.

¹ Este texto foi produzido durante o curso ministrado pela Prof. Dr. Luciane Munhoz de Omena, intitulado Literatura e Escravidão no Mundo Antigo. Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás, orientada pela Prof^o. Dr^a. Ana Teresa Marques Gonçalves. Graduando pela Universidade Federal de Goiás, orientado pela Prof^o. Dr^a Ana Teresa Marques Gonçalves.

1.0 INTRODUÇÃO

Percebemos que a temática acerca da escravidão no mundo Antigo não se encontra no centro das discussões historiográficas, nas quais, utilizam uma abordagem elitista para realizar a interpretação do “complexo universo dos setores sociais subalternos” (FAVERSANI, 1996, p.43). Esta análise se torna possível a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas proporcionadas pelo surgimento de uma determinada História Cultural (PESAVENTO, 1998). Tentando realizar uma nova análise histórica, esta corrente historiográfica se coloca contra os paradigmas tradicionais vigentes, até o início do século XX, no âmbito das ciências humanas.

Portanto, notamos que há uma releitura dos temas, que antes eram analisados por perspectivas de grupos sociais dominantes, na qual, se tenta dar voz a camadas subalternas antes silenciadas por uma historiografia tradicional elitista. Dentro destes novos modelos de análise histórica, percebemos que há uma seleção de novas fontes pelos historiadores, o que permite uma ampliação do campo da pesquisa historiográfica. Para exemplificar estas novas abordagens citaremos dois autores da atualidade, Roger Chartier e Jörn Rüsen, que discutem a relação entre história e literatura.

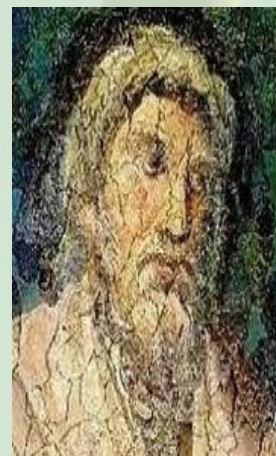
A razão antes tida como a maior importância para o homem passa a ser questionada, sendo descaracterizada como detentora exclusiva da verdade. O autor Carlos Oiti, nos mostra uma ligação entre esta crise e a narratividade, no que se discerne ao estudo histórico e à literatura. Por muito tempo, os historiadores consideraram o modelo literário como algo desprovido de realidade, pondo esta forma narrativa como o oposto à produzida pelo historiador, que tem como papel fundamental o compromisso com a verdade. A diferenciação que se estabelece entre a ficção e a realidade faz com que a narrativa produza um modelo representativo do real, promovendo a própria literatura a um patamar, no qual, o real estabelece conexões com a literatura.

O estudioso francês, Roger Chartier, ao longo de sua pesquisa propõe, a partir da compreensão de escritos na modernidade, entender como se dá a transformação da relação entre a sociedade e a produção da escrita, englobando desde a leitura até as relações sociais. O autor se utiliza da literatura para realizar seu intento de abordar a compreensão histórica a partir da narratividade ficcional, tentando interpretar as imagens imbuídas nestas produções humanas. Jörn Rüsen mostra que as narrativas são produzidas a partir de uma perspectiva do autor que se encontra “preso” ao seu contexto. Estas demonstram em sua composição carências de orientação que podem ser apreendidas nas obras dos autores, sendo necessária de um trabalho conceitual, ou seja, a busca da representação que este escrito literário proporciona.

Baseado nestes novos parâmetros analíticos trabalharemos com as obras *Satyricon*, provavelmente escrita por Petrónio, no século I d.C., a qual narrará as aventuras de dois jovens e seu escravo, e *Metamorfoses*, do século II d.C., de Lúcio Apuleio que narra a história do jovem personagem Lúcio em busca do conhecimento mágico. Utilizaremos estas narrativas, pois através delas podemos compreender a participação do escravo dentro da sociedade romana e, ainda, esta nova relação entre história e literatura.



Capa do livro
Satyricon,
de Petrónio



Apuleio de Madaura.
Mosaico do IV sec d.C.,
de Trier.



Por uma falta de análises historiográficas que privilegiem a perspectiva de grupos considerados subalternos, acreditamos que se faz importante realizarmos este estudo que nos propomos debater, congregando duas fontes romanas dos primeiros séculos do período do Principado d.C., *Satyricon* e *Metamorfoses*. Deste modo, tentaremos apreender as representações produzidas pelos autores, acerca do papel escravo neste período. Optamos também pela utilização destas fontes, pois durante longo período se acreditou na ineficácia da utilização literária para a realização do trabalho histórico. Assim, objetivamos confrontar duas visões sobre a constituição histórica: os escravos como agentes sociais, articuladores do poder e ainda a literatura como fonte “confiável” para a produção do saber histórico.

2.0 DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos estudos realizados acerca da escravidão em Roma, notamos que os historiadores se diferenciam no que tange o entendimento da participação do servo (escravo) na sociedade, pois muitos acreditam na inércia deste perante os desmandos da elite romana, enquanto outros o mostram como agente social ativo que mesmo utilizando-se da violência também exerce influência nos fatos sociais e estabelece relações de poder com outros agentes. Tentaremos com este trabalho analisar qual o papel do escravo na sociedade romana, em especificidade nos séculos I e II d.C., através do exemplo do personagem Giton e dos escravos de Trimalchio, contido na obra *Satyricon* de Petronio, e da escrava Fotis, personagem de Apuleio na obra *Metamorfoses*.

A discussão acerca da temática escravidão tem sido um dos grandes pontos de discordância na historiografia. A participação do escravo dentro da sociedade e sua importância discorrem grandes discussões, por isso, iremos expor aqui as idéias já debatidas dentro das diversas correntes historiográficas, sobre o assunto para, desta maneira, possamos entrar nas exemplificações obtidas pelas obras de Petronio e Apuleio, e assim tentar entender qual a “real” participação desta camada social servil.

Temos que compreender como que neste trabalho utilizaremos do termo escravidão. Apoiando-nos nas idéias de Fábio Joly (2008), diferenciamos aqui o modelo escravista romano do modelo colonial brasileiro. A visão que temos do trabalho escravo nas sociedades antigas, em específico em Roma, é comparada ao modelo americano moderno de escravidão, comparação que deve ser desconstruída. Finley realiza esta associação. Percebemos que ele tenta estabelecer através desta comparação um modelo de escravidão que certificaria se as sociedades tidas como escravistas seriam realmente caracterizadas assim. O problema que o autor deixa escapar em sua análise se baseia nas particularidades que cada período histórico e sociedade apresentam em relação a acontecimentos que se assemelham. A escravidão em Roma, por exemplo, não ocorre da mesma forma que a observada nos Estados Unidos. Há modelos a serem construídos, que implicam na diferença entre ambos.

Enquanto nas sociedades americanas haviam legislações que legalizavam o comércio escravista e “defendiam os direitos” dos escravos, no período do Principado notamos que o escravo não obtinha o mesmo aparato legislativo ao seu favor, sendo seus direitos discutidos em certas instâncias, mas sem continuidade e grande interesse. Podemos perceber tal idéia a partir da colocação de Joly: A sistematização das referências a escravos e libertos, constituindo um “direito romano da escravidão”, é produto da cultura jurídica moderna. (JOLY, 2008, 132).

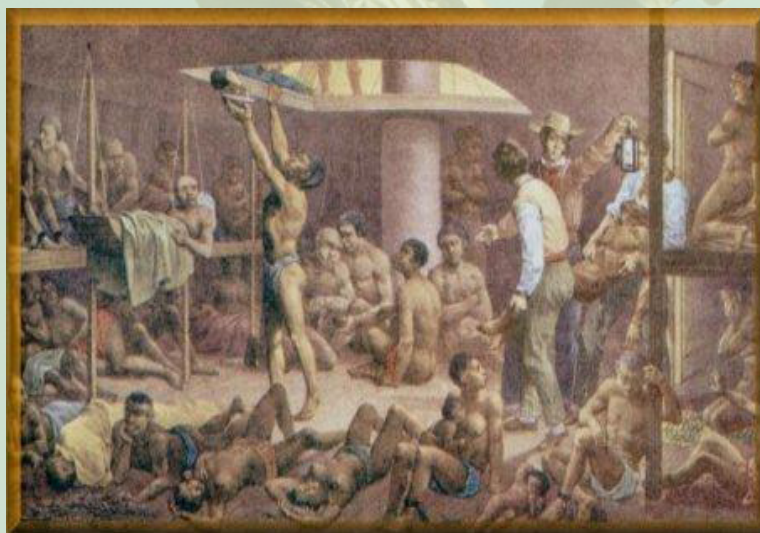
Percebemos então que a escravidão na antiguidade não possuía, da mesma forma que na América moderna, um aparato político para se estabelecer o contato entre o escravo e o seu senhor. Em Roma a obtenção de escravos se baseava basicamente na guerra e na dominação de povos considerados hostis ao Império. Porém, a escravidão não se inicia no período do

Principado, sendo utilizada desde o século V a.C. ainda no período republicano. Existiam duas práticas de escravidão que eram utilizadas:

1. A primeira consistia na escravização por dívidas, prática que foi abolida por conflitos entre plebeus e patrícios, pois um cidadão não poderia ser escravizado, independente de sua ordem social e condição financeira;

2. A segunda forma, que era utilizada por todo o Império romano, angariava mão de obra escrava através de guerras e da dominação de outros povos.

Mas qual a participação do escravo no Império? A primeira corrente de pensamento que mostraremos tem como base os ideais de Moses I. Finley, que destacado por Joly apresenta a visão do fim da política com o surgimento do Império em Roma. Além desta idéia, Finley mostra o escravo como ser submisso aos desmandos da elite romana, não possuindo expressão alguma perante a sociedade. O escravo tinha como função primordial o trabalho, seja ele qual fosse, pois deveria realizar as ações que para a camada social elitizada não se poderia conceber, ou seja, o trabalho era socialmente pejorativo e por isso designado a “seres” que não possuíam participação na sociedade. Para o autor, a ação social do escravo se baseava na inércia, ou seja, este não tinha nenhum poder perante os demais agentes sociais.



“Negros no Porão do navio” pintura de J.M.Rugendas (1835) – Pintura que retrata a prática do comércio negreiro nas Américas, que respeitava determinada legislação, tornando uma prática legalizada.

Finley defende a idéia, além da invalidez servil, de estamentos necessários para que uma sociedade possa ser considerada escravista. Com sua visão marxista economicista, o autor mostra três fatores dos quais nos basearemos para realizar nosso trabalho:

1. Propriedades privadas e concentração de terras nas mãos de poucos;
2. Desenvolvimento de bens de produção e um mercado de venda;
3. A ineficácia (ou inexistência) de mão-de-obra interna, pois uma sociedade se torna por excelência escravista quando baseia sua produção no trabalho escravo.

O autor demonstra como era usado o trabalho escravo e ainda as vantagens da utilização deste tipo de trabalho:

três componentes da escravidão- a posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder sobre ele e a falta de laços de parentesco- davam ao proprietário, a priori, poderosas vantagens com relação a outras formas de trabalho involuntários: maior controle e flexibilidade no emprego de sua força de trabalho e uma liberdade muito maior na disposição do trabalho indesejado (FINLEY, 79, 1991)

Com isto fica claro para nós, ao lermos o texto produzido por Finley, que a sociedade antiga greco-romana torna-se por excelência escravista. Fundamos com esta afirmativa, a primeira crítica que temos ao trabalho do autor, pois este nos apresenta toda essa sociedade representada em apenas dois espaços deste período: Atenas, para explicar a Grécia, já que o próprio alega ineficiência documental espartana; e Roma, na tentativa de explicar o desenvolvimento do Império por base escravista e ainda generalizar o estudo acerca da Antiguidade. Sabemos que este tipo de generalização restringe a compreensão do todo por uma minoria de informações, fazendo com que o estudo histórico perca seu compromisso com a verdade.

Outra idéia discorrida pelo autor em seu texto é de trabalho compulsório. A diferença entre um trabalhador assalariado livre e um escravo se baseava na instância do que era fornecido por cada um. Enquanto o primeiro mostrava seu trabalho como mercadoria, o segundo torna-se a própria mercadoria, pois para Finley o escravo comporta-se como um objeto, sem ação espontânea, ou seja, obedece aos desmandos de uma elite social que repudia o trabalho e glorifica o ócio. O senhor então possuía sobre seu escravo total controle, pois este era apenas um objeto podendo responder os maus tratos através do trabalho. A humanidade deste escravo não era argüida pelo seu senhor que o dominava pela convenção social. Esta impunha o domínio total do dono perante o escravo, e ainda pela ausência de laços de parentesco ou conhecimento deste.

O escravo responde as ofensas que cometerá através de castigos corporais, o que o diferencia do homem livre de acordo com Demóstenes, pois o segundo não tem por obrigação o mesmo sofrimento pelo qual o escravo que cometerá um delito tende a passar. Percebemos através dos estudos de Finley que o escravo não tinha nenhuma articulação social, sendo apenas objeto utilizado pela aristocracia, não exercendo nenhum poder perante os demais agentes. Através dos estudos realizados acerca desta temática acabamos apresentando uma idéia contrária a deste autor. O escravo, em nossa visão, não é apenas uma peça que deve ser manipulada, pois exercia também, em seu meio, relações de poder perante seu senhor e a sociedade.

Além disto, percebemos que o autor discute acerca da compreensão da humanidade do escravo. Como o escravo pode mostrar-se ao mesmo tempo como uma propriedade e ainda humano? Os laços entre o senhor e seu escravo já vinham sendo discutidos desde a Antiguidade. Sêneca, filósofo estóico e mestre (professor) do imperador Nero, nos mostra a importância do tratamento adequado para com o escravo, pois assim este trabalharia da melhor maneira possível. A violência excessiva contra ele já era debatida e em muitas instâncias renegada. Mas mesmo assim, este ainda deveria se submeter ao seu senhor, acatando o que lhe era pedido. Muitos escravos começaram a exercer, principalmente dentro da *domus*, papéis de confiança de seus senhores mostrando assim que os laços existentes não eram apenas de imposição violenta, mas também de certo tipo de “amizade”.

Mas não existia somente essa relação com o escravo na sociedade romana. Assim como pontua Fábio Joly (2005), o escravo possuía algumas maneiras de exercer influência dentro do seu espaço de trabalho. O escravo estava subordinado ao seu senhor assim como os outros componentes da casa (esposa, filhos), porém não em igualdade, mesmo que estivesse exercendo relações de poder. Este exercia posições de confiança para com o seu senhor, estabelecendo relações através de jogos de poderes perante o mesmo, pois desta maneira mostrava prestígio e eficiência no trabalho. Havia assim, competições entre os próprios escravos que se utilizavam da violência para determinar algumas disputas. Percebemos que a utilização da violência não se dava apenas na relação entre escravos, mas principalmente entre o senhor e seu servo. Todos estes confrontamentos se davam por uma necessidade que os agentes sociais tinham de legitimar o seu poder perante os demais.

Desta forma, obtemos então a percepção que objetivamos esclarecer neste trabalho, no que se baseia na imagem do escravo, pois, em discordância com Finley, acreditamos na ação do escravo na sociedade romana de forma eficaz, e mesmo colocado em posição de inferioridade perante os demais agentes, este se articulava socialmente através de micro-relações de poder.

Podemos comprovar esta abordagem que optamos, através dos relatos acerca de Giton, o escravo que viajava com Ascytos e Encolpius. O último narra as suas aventuras e descreve o fascínio que o jovem servo manifestava nele e em seu amigo, pois tinha grande beleza



**Representação de um Banquete Romano,
Imagem encontrada no Afresco
de Pompéia, Itália**

e apresentava-se de maneira submissa. Observamos, que mesmo não propositado, Giton exerce sobre os dois amigos uma relação de poder fazendo com que eles entrassem em disputas entre si pela sua obtenção. Nesta colocação, o escravo não se encontra somente submetido aos desmandos de seu senhor, mas também como agente social articulador de poder perante os demais estamentos, inclusive sobre os tidos superiores.

Em contra partida, temos o exemplo dos escravos de Trimalchio, que eram castigados pelo próprio. Este detém um grande patrimônio, mesmo sendo um liberto, e ainda possui enorme quantidade de escravos. Os dois viajantes (Encolpius e Ascytos) participam de um banquete proporcionado pelo liberto, que esbanja sua riqueza durante este acontecimento. Sobre seus inúmeros escravos, Trimalchio desprende vários insultos demonstrando desta forma a posição em que

estes tinham dentro da sociedade romana. Porém observamos uma contradição existente nesta cena, pois, Trimalchio é um liberto que, como ex-escravo, teria conseguido uma ascensão social, demonstrando, desta maneira, a possibilidade da mudança de *status* dentro da sociedade romana, ou seja, para chegar a tal posição, o personagem provavelmente utilizou das relações de poder para alcançar assim seu objetivo, mostrando desta forma, que também era permitido aos escravos realizar negociações, o que os colocavam em situações privilegiadas em relação aos seus iguais. Nesta cena, também nos é possível visualizar uma tentativa do anfitrião de legitimar o seu poder perante a sociedade romana, em que este promove o banquete, buscando demonstrar suas posses, através da fartura e da quantidade de escravos que possui.

Podemos citar outro exemplo: neste caso o de uma escrava que seduz um cidadão romano e impõe certa legitimidade social perante este. Durante sua viagem em busca do conhecimento mágico, Lúcio se hospeda na casa do senhor Milão, homem que compunha a aristocracia romana. Em sua hospedagem, o personagem conhece a esposa de Milão, Panfília, que utilizava as artes mágicas para dominar seus amantes, detendo assim grande conhecimento nestas práticas, e sua escrava Fótis. Em conjunto ao interesse pela magia, Lúcio se interessa pela escrava iniciando um cortejo por ela. Fótis, percebendo as investidas do aristocrata, começa a provocá-lo exercendo maior fascínio em seu admirador:

retira-te, mofino, retira-te para longe do meu fogo, porque, se levemente uma faísca minha te tocar, profundamente serás abrasado, nem poderá ninguém extinguir o teu ardor senão eu que, sabendo de cozinha, sei mexer tão suavemente a panela como a cama. (APULEIO, Livro II)

Através destas provocações, percebemos a relação que se construía entre estas duas personagens. Mesmo detendo a cidadania romana e participando da aristocracia, Lúcio se coloca em posição de inferioridade em relação à escrava Fótis que era considerada pela sociedade romana inferior. Essas provocações não eram produtos apenas de uma atração sexual que o protagonista apresentava pela serva, mas também pelo conhecimento da magia que ela detinha, obtido através de sua proximidade com sua senhora Panfilia. A posição do escravo como agente social ativo pode ser detectada a partir desta proximidade de Fótis com Panfilia, e desse compartilhamento do conhecimento mágico, pois percebemos que o indivíduo que utilizava a magia não era bem visto perante a sociedade apuleiana, por despertar nos demais medo já que não conheciam os mecanismos utilizados nesses rituais.

O contato que Fótis tinha com a magia utilizada por sua senhora denotava certa confiança que Panfilia tinha em sua escrava. Foi este contato que despertou maior interesse de Lúcio pela escrava, pois via nela porta de acesso à magia. Mas, a relação do protagonista com Fótis não termina nessa instância em que ambos se cortejavam. Lúcio se deita com a escrava e durante o ato sexual se deixa dominar por ela. Partimos do pressuposto de que isto era inaceitável, pois um cidadão não deveria se tornar passivo em nenhuma relação, principalmente perante uma escrava. Mas o fascínio que Lúcio tinha perante a serva e pelo seu conhecimento mágico o submeteu a ela. Fótis, neste caso, exerce poder perante um cidadão romano provando a participação do escravo na sociedade, principalmente dentro da *domus*.

Desesperado por saber mais sobre a mágica praticada por Panfilia, Lúcio faz juras a Fótis de que se rebaixaria a escravidão para ter em troca tal conhecimento. Outra postura inaceitável para um cidadão tornar-se escravo de alguém e neste caso, ainda mais de um escravo. Fótis leva-o até a porta do quarto de sua senhora e lá Lúcio vê Panfilia se transformar em ave e sair voando, após ter passado um unguento mágico. Assustado e curioso com tudo o que vira Lúcio, juntamente com Fótis, adentra ao quarto e pede à serva que lhe passe o mesmo unguento utilizado por Panfilia para que também possa se transformar em ave. Mas por “acidente”, Fótis lhe passa o unguento errado, e acaba metamorfoseando-o em asno.

Percebemos assim, que o conhecimento das artes mágicas proporciona à escrava prestígio perante o aristocrata Lúcio, fazendo uma “inversão” dos papéis sociais que ambos exercem, pois ela se encontra em posição superior em relação a ele. Notamos, desta maneira, a participação do escravo dentro da sociedade romana. Acreditamos que este agente social, possuía mecanismos para se legitimar socialmente e assim criar relações com os demais estamentos. Petrônio e Apuleio apresentam diversos aparatos legitimadores do poder em sua obra, que fazem dos escravos articuladores sociais.

Além desta discussão a respeito da escravidão em Roma, na confecção do trabalho congregamos diversas abordagens teóricas e metodológicas para analisarmos a utilização da literatura como constituinte do fato histórico. Como já explanado, usamos a literatura não como mera ficção, e sim como portadora de representações advindas dos grupos sociais, pois acreditamos que esta forma narrativa e sua produção não podem ser dissociadas da contextualização em que ocorreram. Deste modo, trabalhamos com as obras *Satyricon* e *Metamorfoses*, na tentativa de apreender a constituição dos escravos, mesmo sabendo que as obras partem das perspectivas de grupos dominantes.

A função do historiador, de acordo com a autora Sandra Jatahy Pesavento, é interpretar a narrativa, transformando-a em um modelo para a compreensão do real, e não apenas a apresentando como uma alegoria, ou seja, algo ilusório. Mas o que seria o real? O real para nós se baseia naquilo que existe, ou seja, no que se torna perceptível ao sentido humano, sendo

aquilo que existe de fato ou atualmente, porém ligado ao espírito humano, em uma busca de interpretação. Sendo assim, a narrativa torna-se instrumento do historiador, no que tangencia a apresentação dos fatos, não se comportando como detentora da verdade suprema. O positivismo de Cômte, que propunha uma verdade dada, sendo o real algo perceptível, cai por terra, à medida que a nova forma de entender os fatos históricos mostra a necessidade de representação para se compreender o passado. A história necessita da interpretação e, por isso, não é apresentada como algo dado através de uma verdade absoluta.

A história então passa a “admitir incertezas”, destacando conceitos, assim como o de imaginário, através da queda de crenças e verdades que antes eram tidas como absolutas e serviam como aparatos legitimadores de uma ordem social vigente. Diferenciando-se das formas historiográficas do passado (século XIX-XX) o historiador do século XX entra em debate contra algumas “imposições” dos modos de compreensão impostas.

Para os seguidores de um racionalismo cartesiano, existia apenas o real e o não-real, não podendo admitir-se conceitos como o de imaginário e o de representação, pois esses validavam uma verdade, ou realidade, que se encontrava na ausência, ligadas ao espírito humano e a sua compreensão. Porém, como a realidade poderia se encontrar na ausência? A representação, discutida e abordada por Ginzburg, nos mostra que a realidade não apenas se encontra presente, ou seja, aparente e sensível aos sentidos primários do ser humano, pois pode se encontrar também pela busca de interpretação, de uma representação do que se “espera”.

A visão de história por um modo cientificista e racionalista, assim como tinham estas correntes tradicionais, inseria o conceito de imaginário em um segundo plano:

O saber científico, única fonte do conhecimento, deveria se despojar da imaginação deformadora. Não é por acaso que, no senso comum, o imaginário aparece como algo inventado, fantasioso e, forçosamente, “não sério”, porque não científico. (PESAV-ENTO, p. 11, 1995)

O imaginário, para os historiadores racionais, se associa então a ilusão, a falsidade e ao erro, porém, assim como pontua François Laplantine Liana Trindade, em sua obra “O que é Imaginário”, este conceito desliga-se destas idéias, associando-se de maneira plena ao real, pois se baseia na realidade, para transformá-la em algo que é necessário interpretar. Bachelard, na década de 40, muda a análise quanto ao imaginário mostrando que este se ligava ao real, afastando a ambigüidade, a qual a associação ilusão e imaginário provocava. Esta oposição as correntes historiográficas racionalistas, no início do século XX, origina a produção de uma história cultural. Esta nova corrente do pensamento histórico associava-se ao estudo primordial do social, ou seja, a compreensão da sociedade através de termos e conceitos não discutidos antes como o de mentalidades, crenças e representação coletiva.

Observamos então uma nova ligação entre dois novos conceitos: o de imaginário e o de representação. Por isso se faz necessário compreender, neste trabalho, o segundo conceito, a fim de entender melhor o primeiro.

A palavra representação origina-se da língua latina, advinda do vocábulo *representare*, que tem como significado “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Sua utilização conceitual, assim como pontua Carlos Ginzburg e Roger Chartier, pode designar duas vertentes, podendo se mostrar como uma substituição do real ou através de uma evocação mimética, realizando uma cópia do real. O conceito, para nossa compreensão do que seja imaginário, se associará à idéia de interpretação da realidade. Assim como pontua Le Goff, o imaginário é uma espécie de tradução do real não sendo uma reprodução, pois este conceito é trabalhado, pensado e expresso necessariamente sobre a linguagem, comportando-se

como uma representação, necessitando ser interpretada.

O imaginário, utilizando-se de uma imagem representativa do real, muitas das vezes se reporta aos interesses sociais de certo período. Assim como aponta José D' Assunção Barros (2004), o imaginário pode se transparecer a partir de um interesse ideológico:

as imagens, as cosmovisões e os símbolos podem ser produzidas também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais, por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída, ou podem mesmo ser ocasionadas por grandes eventos que caem como raios na vida das sociedades. (ASSUNÇÃO, p. 97, 2004)

A imagem estabelece identidade, podendo ser utilizada como um aparato legitimador do poder. A formação da identidade de certo grupo nos remete a compreensão além de interesses ideológicos. Esta se forma ao longo do tempo, a partir de uma construção histórica, e não de uma articulação da vontade humana de definir o que seria sua identidade. As lembranças, ligadas a memória deste grupo, originam certa unidade entre os componentes (HALBWACHS, 1990)

O poder, por sua vez, não se comporta como algo, com o qual o indivíduo possua, estabelecendo-se como o único a detê-lo, pois acreditamos que ele não é uma via de mão única e sim uma prática que se exerce sobre todos os agentes sociais (FOUCAULT, 1986). Os símbolos utilizados para legitimar alguma ação social, tornam-se uma convenção ou atributo, fornecido por algum grupo social (LAPLANTINE, p. 14). Estes símbolos, assim como a imagem, necessitam de uma representação para transfigurar-se em real. Quando nos remetemos aos termos símbolo e imagem, temos que nos atentar à semelhança e diferença entre ambos. Mesmo que, sejam os dois submetidos a interpretações para uma tentativa de compreender o real, os dois conceitos não podem ser colocados como sinônimos, obtendo a mesma idéia referente à sua utilização:

1.O termo símbolo iguala-se ao termo signo, quanto ao seu emprego em nosso trabalho. Ambos referem-se a objetos ou acontecimentos, usados para mencionar, ou até mesmo substituir outros objetos e acontecimentos. Além disto, os símbolos podem causar relação entre o que está ausente e o não ausente, ou seja, o homem pode utilizar o passado (o que não está mais presente) para planejar o futuro (o que ainda não está presente), fazendo do homem um ser altamente simbólico.

2.Já a imagem, desde a antiguidade revela-se tendo dois significados, importantes para o trabalho do historiador. O primeiro, mais vago, sendo denominada fruto da imaginação, ou seja, fruto de uma evocação humana de um objeto (sua imagem), mesmo que em sua ausência. E a segunda, a imagem passa a ser uma percepção vista por quem a recebe.

Para realizar essa interpretação dos acontecimentos, que discorremos neste texto, Pesavento pontua que a forma de “decifrar” as representações, ocorre através da análise crítica de um documento em paralelo a sua contextualização. O contexto, para a autora, mostra-se de grande importância para a compreensão da intenção que se teve na produção de um símbolo. O paralelo entre a contemporaneidade do objeto, o qual o historiador propõe-se a estudar, e sua própria contextualização, forma um dos pontos para a compreensão da importância da narrativa. A narrativa que o historiador realiza mesmo que comprometida com a verdade, terá resquício de sua interpretação do real. Retomamos uma importante questão: Existe uma ligação entre o trabalho do historiador através da narrativa e a ficção? A narrativa propõe ao historiador uma oportunidade de utilizá-la a fim de exprimir um fato que busca sua “verdade”. A ficção, mesmo que condenada por muitos historiadores seguidores das linhas de pensamento racionalistas, também pode se ligar ao real a partir do que entendemos como explícito e implícito. A realidade, na ficção encontra-se “escondida” em com-

paração ao gênero narrativo que o historiador utiliza. Por mais que, esta ficção não mostre o que compreendemos como realidade, é através dela que podemos entender além dos fatos apresentados, levantando, por exemplo, o imaginário de um homem em certo período.

Por tanto, utilizaremos o estudo de Antônio Candido para compreendermos um pouco da estrutura do romance, que para este é constituído por três elementos significativos: um enredo, o (s) personagem (ns) e as idéias. O personagem seria o responsável pela possibilidade de adesão afetiva intelectual do leitor com a obra. Ele vive o enredo e permite que as idéias objetivadas pela obra tomem vida. Mas não se deve ter a idéia de que o personagem seja o essencial na obra, pois sua existência não se torna possível sem os outros elementos (enredo e idéia).

O romance é uma ficção, na qual, podemos perceber alguns pontos da realidade do autor, em que este busca “o modelo na realidade”(CANDIDO, 1998, p.65), para construir sua narrativa, pois o autor reproduz em suas produções sua “incógnita pessoal” (op. cit.), em um plano psicológico.

Além desta colocação, obtemos através do trabalho realizado por Sérgio Vicente Motta, uma análise acerca da sátira latina. A narrativa neste gênero literário se caracteriza como um grande itinerário, ou seja, conta as viagens e caminhos pelos quais os personagens passam. Dentro desta modalidade percebemos a apresentação de um caráter confessional, no qual, o leitor tem a possibilidade de conhecer a intimidade do personagem a partir do que está escrito.

A produção romana inverte o caminho proporcionado pela literatura grega, pois a “beleza” não se encontra mais no centro desta confecção e sim o desejo pela “verdade” torna-se a base para o trabalho narrativo. Desta maneira, a sátira aparece como precursora do realismo, na qual, os escritores romanos iniciam uma narrativa em primeira pessoa “como uma forma de arte estabelecendo também o padrão da jornada para dentro, a autobiografia” (MOTTA, 2006, p.163). A sátira latina utiliza o modelo idealizante construído pelos gregos no qual são descritas a sabedoria e coragem do herói, e os mitos sagrados, para “contrapor uma representação anti-heróica e caricatural dos tipos sociais e morais próximos do mundo real” (MOTTA, 2006, p.162). Tanto a obra de Apuleio como a de Petrônio, mostram de maneira fantástica a confissão da personagem, sua psique, transformando a sátira ficcional em alegoria, ou seja, em uma estrutura artística, que serve como um cenário. Mesmo que o fantástico seja preponderante nestas narrativas, não devemos esquecer que em meio a este cenário montado pelo autor, há realidade em sua retratação de fatos sociais. O homem, através das sátiras latinas, passa a ter grande importância no contexto da narrativa. A transformação do anti-herói e sua regeneração moral, o qual o transforma em herói se torna o clímax destas sátiras. O real passa a ser representado pelo homem, sendo este, na narrativa, o foco central, a personagem de maior interesse. Seu drama (inferno) se mostra pela alegoria.

Através da análise da sátira latina, percebemos a importância dos estudos de Mikhail Bakhtin, para o qual a língua é um fato social cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação. Portanto, a matéria lingüística é apenas uma parte do enunciado, existindo também outra parte, a não verbal, que corresponde ao contexto da enunciação. Assim o teórico propõe uma visão da linguagem como interação social, em que o Outro desempenha um papel fundamental na constituição do significado. Desta forma, a palavra se transforma em uma arena da luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. Entre a língua e a fala, estaria situado o discurso, o qual seria o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos e serve como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, ou seja, a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de

produção social, pois ela não é neutra, inocente, já que está engajada em uma intencionalidade na maioria das vezes, e nem natural.

Segundo Bakhtin, a linguagem seria o lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico- sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção.

Seguindo esta discussão acerca da linguagem temos a obra de Greg Woolf, que pontua a importância da escrita como uma forma de legitimação do poder. Devemos entender que esta não forma identidade no caso romano, pois a utilização do latim pelas províncias não era obrigação e sim uma necessidade (questão de interesse), já que precisavam se relacionar com a região central administrativa.

3.0 CONCLUSÃO

Percebemos, desta maneira, que através de uma construção, a partir da perspectiva da História Cultural em que se propõe uma nova compreensão das abordagens históricas, se faz necessário a não elitização através de um viés objetivista dos fatos históricos e sim a ampliação do entendimento do que seja a fonte, enquanto auxiliadora do trabalho do historiador.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. A. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

BARROS, José d Assunção. *O Campo da História- Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BOWMAN, Alan K; WOOLF, Greg. *Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998.

CANDIDO, Antônio. *O Personagem de Romance*. São Paulo, Perspectiva, 1968.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural- Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

_____. *Literatura e História*. In: *A Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 255 – 271.

FAVERSANI, Fábio. *A Pobreza no Satyricon de Petrônio*. Ouro Preto: UFOP, 1999.

_____. *As Relações Diretas de Poder enquanto instrumento analítico para a compreensão da pobreza no Satyricon de Petrônio*. In: *História em Revista*. Goiânia: UFG, 1996.

FINLEY, Moses I. “O Surgimento de uma Sociedade Escravista” e “Escravidão e Humanidade” in: *A Escravidão Antiga e a Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: editora Graal, 1991, p. 69- 127.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Espaço e Poder (Entrevista de Michel Foucault a Paul Rabinow). Tradução de Heloísa Buarque de Holanda e Lucia Canedo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 23, 1994, pp. 139/145.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HALBAWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga- Política Economia e Cultura*. São Paulo: Ed. Alameda, 2005.

_____. Liberdade e Escravidão na Roma Antiga. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (Org.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2008.

LAPLANTINE, F. & TRINDADE, E. *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia- Contribución a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LUCK, Georg. *Arcana Mundi- Magic and the Occult in the Greek and Roman Words*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1985.

MOTTA, Sérgio Vicente. *O engenho da narrativa e sua árvore genealógica*. Das origens a Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. São Paulo: Unesp, 2006.

OGDEN, Daniel; LUCK, Georg; GORDON, Richard; FLINT, Valerie. *Bruxaria e Magia na Europa-Antiga Grécia e Roma*. Tradução de Marcos Malvezzi Leal. São Paulo: Madras, 2004.

OMENA, L. M. de. *As mulheres fictícias nas Metamorfoses, de Lúcio Apuleio: entre a ação e a conformação ao universo masculinizado*, Stylos, Buenos Aires, 2008.

PESAVENTO, S. J.. A contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, J e PESAVENTO, S. J. (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: UNICAMP, 1998. Pp. 17/40.

Fonte documental:

Apuleio, Lúcio. *O asno de Ouro*. Tradução de Francisco Antônio de Campos. Portugal: Europa-América, 1990.

Petrônio. *Satyricon*. Tradução: Sandra Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crizálida, 2004